



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

327

6ª CÂMARA CÍVEL

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0007001-37.2013.8.17.0000 (0308409-1)

COMARCA: RECIFE – 26ª VARA CÍVEL

SUSTE: JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

SUSDO: JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - ALEGAÇÃO DE PREVENÇÃO - REJEITADA - TRÂNSITO EM JULGADO - APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 235/STJ - JUÍZO SUSCITADO DECLARADO COMPETENTE - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Conflito de Competência nº 0007001-37.2013.8.17.0000 (0308409-1), em que figuram como Suscitante o JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA CAPITAL e como Suscitado o JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam, o seguinte: "*Por unanimidade, conheceu-se do conflito, declarando-se competente o juízo da 20ª Vara Cível da Capital, nos termos do voto do Relator*", tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 09 de outubro 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Patriota Malta

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0007001-37.2013.8.17.0000 (0308409-1)
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Juízo de Direito da 26ª Vara Cível, face à decisão do Juízo de Direito da 20ª Vara Cível, ambos da Comarca d Capital, que resolveu declinar de sua competência jurisdicional para funcionar na Ação de Cobrança nº 0132388-98.2009.8.17.0001, ao entendimento de que restou configurada a conexão desse feito com a Ação de Obrigação de Fazer de nº 0019373-25.2007.8.17.0001.

O Douto Juízo Suscitante por seu turno, concluiu que, à época, da redistribuição da ação de cobrança, em 19/11/2012, em sede do qual se agitou o presente Incidente, a referida Ação de Obrigação de Fazer já teria sido sentenciada, com homologação do acordo entabulado pelas partes litigantes, desde 17/08/2012, ocorrendo sua publicação em 22/08/2012, razão porque entende não ser prevento, e por consequência, lhe falece competência para conhecer e julgar o mencionado feito.

Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria de Justiça opinou no sentido de ser conhecido e julgado o Conflito Negativo de Competência, para ser declarado como competente para conhecer e julgar a demanda originária pelo Juízo da 20ª Vara Cível da Capital, fls. 23/27.

É o que importa relatar.

Recife, 07 de outubro de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Patriota Malta

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0007001-37.2013.8.17.0000 (0308409-1)
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre os Juízos Cíveis da 26ª Vara (suscitante) e o da 20ª Vara (suscitado), ambos da Comarca do Recife.

De igual modo declaram-se incompetentes para processar e julgar a Ação de Cobrança nº 0132388-98.2009.8.17.0001.

Do cotejo dos autos e conforme já relatei, o ponto fulcral a ser observado é se persiste ou não a prevenção para o feito ante a ocorrência da coisa julgada na ação de obrigação de fazer, apontada como conexa.

In casu, merece destaque que a sentença de extinção ali lançada, restou acobertada pelo manto da coisa julgada 03 (três) meses antes da redistribuição da referida ação de cobrança para o Juízo Suscitante, conforme pesquisa efetuada no sistema informatizado deste Poder (JUDWIN).

Nessa trilha, não há que se falar na reunião de feitos no caso de um deles já ter sido decidido, motivo porque entendo assistir razão à tese esposada pelo Juízo Suscitante. A propósito:

"Julgada uma das ações, desaparece a finalidade de reunião dos processos (RJTJESP 108/405, JTA 36/156).

"Não há conexão, que poderia determinar a reunião dos processos, se um deles já se acha julgado, sem relevo a circunstância de haver apelação, posto que a conexão somente ocorre na mesma instância. Destaca-se a facultatividade da reunião de processos conexos." (STJ-2ª Seção, CC 3.075-BA, rel. Min. Dias Trindade, j. 12.8.92, v.u., DJU 14.9.92, p. 14.935, 2ª col., em.).

Nessa trilha, o tema não merece maiores debates, principalmente, por ser questão já sumulada perante o Colendo STJ:

"Súmula nº 235 - A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado."

Ante tais considerações, e nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Ritos, **conheço do presente conflito, e, declaro competente o Juízo de Direito da 20ª Vara Cível da Capital**, reconhecendo, outrossim, a validade de todos os atos já praticados no processo, nos termos do art. 122 do C.P.C.

É COMO VOTO.